

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº , DE 2007
(Do Sr. MAX ROSENMANN)

Requer informações ao Ministro do Desenvolvimento agrário a respeito de denúncias envolvendo desvio de recursos públicos.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, no sentido de esclarecer esta Casa quanto ao teor das denúncias publicadas pela Revista Veja, edição de 3 do corrente.

Solicito, especialmente, que sejam informados os seguintes pontos:

- especificação dos convênios firmados com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar, no Estado do Paraná, em 2006 e 2007, incluindo, pelo menos, objeto, valores aprovados e liberados;
- empresas a que foram adjudicadas as licitações relativas aos cursos de treinamento profissional;
- relação dos treinamentos ministrados no referido período no Paraná.

JUSTIFICAÇÃO

O Senado Federal está em vias de instalar uma CPI para investigar a atuação e as ligações das chamadas ONGs. Dezenas de bilhões de reais têm sido destinados a essas instituições, a título de executarem projetos nas áreas sociais, entre os quais se encontram os de treinamento em geral. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar no Estado do Paraná.

As transferências de recursos, nesses casos, se dá por via de regra por meio de convênios. Boa parte desses instrumentos resulta, seguramente, das chamadas emendas parlamentares.

As suspeitas que se têm levantado quase sempre dizem respeito a desvios de recursos, referentes a projetos não executados ou apenas parcialmente executados. Tais desvios estariam alimentando campanhas eleitorais e servindo para beneficiar pessoas ligadas a políticos e Partidos.

No caso presente, há indícios veementes de que programas de treinamento não foram realizados e documentos foram falsificados, com a inclusão de alunos-fantasma. O problema, é bem verdade, não vem de hoje, pois há muito tempo recursos do FAT já vêm sendo desviados, como ocorreu, inclusive, no Distrito Federal, onde supostos alunos, procurados por jornalistas, manifestaram espanto em razão de constarem em relações de freqüentadores de aulas que nunca foram ministradas.

Dada a natureza de nossas competências, Senhor Presidente, é irrecusável a obrigação de esclarecer estas questões, de enorme importância para o revigoração da imagem e do reconhecimento da população pelo trabalho do Parlamento brasileiro.

Sala das Sessões, em de novembro de 2007.

Deputado MAX ROSENMAN